

Dá para esperar? Eu acho que sim. Entrevista com Nilma Lino Gomes

Cláudia Lago

Docente no Departamento de Comunicações e Artes e no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM/ECA-USP). Coordenadora do AlterGen (ECA-USP).

E-mail: claudia.lago07@usp.br

Manuela Thamani

Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Pesquisadora do AlterGen (ECA-USP).

E-mail: manuelathamani@gmail.com

Resumo: Nesta entrevista à *Comunicação & Educação*, a ex-Ministra da Igualdade Racial e Professora Titular Emérita da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Nilma Lino Gomes, fala da sua trajetória como mulher negra em lugares de poder. Nilma aborda, entre outros temas, a interseção entre comunicação e educação e a questão racial e a produção de saberes acadêmicos advindos dos movimentos sociais, especialmente os movimentos negros, em contrapartida à ausência de sujeitos oriundos desses locais na produção intelectual, além de fazer uma reflexão acerca do uso que as universidades públicas têm feito das ações afirmativas, principalmente as cotas raciais, e suas consequências. Ademais, ela discute a questão do racismo estrutural e dos privilégios da branquitude na sociedade brasileira. Por fim, reafirma o seu otimismo em relação ao futuro do nosso país.

Palavras-chave: Nilma Lino Gomes; relações étnico-raciais; comunicação, educação e relações étnico-raciais; racismo estrutural; ações afirmativas

Abstract: In this interview to *Comunicação & Educação*, Nilma Lino Gomes, former Minister of Racial Equality and Professor Emerita at the Faculty of Education at the Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), talks about her trajectory as a black woman in places of power. Nilma addresses, among other topics, the intersection between communication and education and the racial issue; the production of academic knowledge arising from social movements, in contrast to the absence of subjects from these places in intellectual production, in addition to reflecting on the use that public universities have made of affirmative actions, especially racial quotas, and their consequences. She also discusses the issue of structural racism and the privileges of whiteness in Brazilian society. Finally, she reaffirms her optimism regarding the future of our country.

Keywords: Nilma Lino Gomes; ethnic-racial relations; communication and education; structural racism; affirmative actions

Nilma Lino Gomes é natural de Belo Horizonte, Minas Gerais. É pedagoga e mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra. É professora da graduação e pós-graduação da Faculdade de Educação (FaE) da UFMG. Integrou a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) na gestão de 2010 a 2014. É membra da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Gomes pesquisa, nas áreas de Educação e movimentos sociais, relações étnico-raciais e de gênero, formação de professores para a diversidade étnico-racial, etnografia e educação, sendo a autora de um importante pesquisa na área, transformada em livro: *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. No Brasil, foi a primeira mulher negra a comandar uma universidade pública federal ao ser nomeada, em 2013, reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (UNILAB). Sua trajetória pessoal e profissional é marcada pela luta contra o racismo, o sexismo, a homofobia, o classismo e outros marcadores de opressão. Em 2 de outubro de 2015, Nilma Lino Gomes foi nomeada pela então presidenta Dilma Rousseff para ocupar o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, que uniu as secretarias de Políticas para Mulheres, Igualdade Racial, Direitos Humanos e parte das atribuições da Secretaria Geral, permanecendo no cargo até o dia do afastamento de Dilma Rousseff. Dentre as premiações recebidas, destacam-se: o Prêmio Magda Soares de Pesquisa em Educação, pelo Núcleo de Assessoramento e Apoio à Pesquisa da FAE/UFMG, em 2020; o Prêmio Carolina Bori, Ciência & Mulher, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), como vencedora da área das humanidades, em 2022; a medalha Roquette Pinto de contribuição à Antropologia Brasileira concedida pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em 2022; a medalha Reitor Mendes Pimentel concedida por sua contribuição à UFMG.



A entrevista foi realizada em maio de 2022, portanto, antes das eleições que sagraram Lula o novo presidente do Brasil. Optamos por mantê-la na íntegra por acreditar que ela não só espelha o momento em que estavam os, mas também aponta para o momento em que estamos agora, em que há a urgência da retomada da discussão das questões étnico-raciais em todos os espaços, especialmente os educativos, a partir da lógica não dos ataques, mas da ampliação. Recentemente Nilma Lino Gomes foi indicada como membra da equipe de transição do Governo Lula para as questões de Igualdade Racial.

Comunicação & Educação: A interface entre educação e comunicação e a questão racial é muito importante. No entanto, existem poucos trabalhos de pesquisa nessa área. Como você vê isso?

Nilma Lino Gomes: Conheço trabalhos que fazem a intersecção entre comunicação e educação, mas realmente não são hegemônicos. O que eu acho é que essa relação entre comunicação e educação enquanto um espaço de produção teórica de análise precisaria avançar mais, incorporando também a discussão sobre a questão racial, as relações raciais. Por isso, acho muito interessante o trabalho de Manuela Thamani, a dissertação que fez articulando a educação, a comunicação, as relações raciais e o movimento negro. O movimento negro e os movimentos sociais atuam na esfera da comunicação e, atuando na esfera da comunicação – minha tese –, eles são educadores. É um espaço educativo e os movimentos sociais, o movimento negro, têm trabalhado muito nessa esfera da comunicação, num processo de reeducação da sociedade em relação à questão racial, ao racismo, a reviver e retomar a trajetória de negros e negras na nossa sociedade, que construíram essa sociedade, que fizeram esta sociedade emancipar. Não há outra forma de fazer isso a não ser circulando as mensagens, por meio de diferentes linguagens. A comunicação nos possibilita isso. E tem trabalhos muito interessantes, como o do Nelson Inocêncio da Silva, que trabalhou com as imagens, as narrativas, na dissertação *Consciência negra em cartaz*. Ele pegou as imagens que o movimento negro usava para fazer suas denúncias e falar das conquistas em uma época em que não estávamos na esfera do digital. Quando eu vi esse trabalho ele me acendeu uma luz. Mesmo não sendo do campo da Comunicação nem da Educação, ele é das Artes; articulou artes, educação e comunicação. São poucos trabalhos. Precisamos de mais e precisamos articular o campo de pesquisas, de pesquisadores e pesquisadoras, tanto da educação e comunicação quanto os que são da educomunicação, para aprofundar as pesquisas. A dimensão racial é um aprofundamento muito interessante e traria grandes contribuições.

C&E: No Movimento Negro Educador, você comenta que a diferença entre o conhecimento nascido nas lutas e o conhecimento elaborado a partir delas é que o primeiro é um conhecer com e o segundo um conhecer sobre. Trazer estes saberes gestados nos movimentos sociais para serem discutidos na Academia é, automaticamente, já produzir um saber com? Ou nessa passagem temos perdido algo?

NLG: Eu diria que trazer estes saberes para dentro da produção acadêmica, para dentro da produção científica, já é um passo importante, um passo de

ruptura com uma tradição que não considera estes saberes enquanto tais. Mas não é automaticamente mudança, ainda não. Primeiro porque eu acho que para fazer esta mudança, este conhecer com, os sujeitos têm que estar em lugares de horizontalidade, em lugares democráticos. Não basta, portanto, uma recolha destes saberes, seja por meio de nossos projetos de pesquisa ou de extensão. Não basta interpretá-los e trabalhar com eles em nossas aulas, nossas pesquisas. Significa perguntar e indagar onde estão os sujeitos que produzem estes saberes. Neste sentido, acho que a pergunta se articula muito com a nossa luta por ações afirmativas, com a luta que nós do movimento negro – intelectuais negros e negras, intelectuais não negros e não negras antirracistas – travamos nos anos 2000, no início do terceiro milênio, para que as ações afirmativas fossem políticas de direito na nossa sociedade, o que fez com que, nas universidades, fosse traduzido na luta pela modalidade das cotas raciais, que depois se transformaram em lei – a 12.711 –, em cotas sociais e raciais. Eu penso, portanto, que o processo é mais complexo. Reconhecer que existem saberes produzidos nas lutas, que são um tipo específico de saber que, inclusive, indaga o saber científico, é um passo importante. Mas o outro passo é o que temos feito para que os sujeitos que produzem estes saberes estejam também no campo da ciência, estejam também no campo da produção científica, produzindo conhecimento junto com. Indagando o próprio conhecimento científico nas suas muitas lacunas, inclusive quando não reconhece estes outros saberes como válidos e legítimos.

C&E: Temos percebido na academia uma ampliação na circulação discursiva destes saberes, mas, ao mesmo tempo, a falta dos sujeitos que os produzem. As estruturas continuam muito fechadas? Na sua opinião, o que podemos fazer para abalar essas estruturas?

NLG: Eu vou aqui projetar utopicamente, na perspectiva de Paulo Freire: pensar o sonho possível, realizável. Olhamos para o presente e vemos os problemas que o presente tem, e projetamos um futuro outro a partir deste presente, mas com o pé bem no agora para pensar uma caminhada. Eu penso a universidade, o espaço da universidade, como este locus de produção do conhecimento científico. A universidade precisava se reinventar à luz das ações afirmativas. Ela precisava se reinventar à luz dessa política e dessa mudança emancipatória que as ações afirmativas trazem para a sociedade brasileira, e para as instituições de Ensino Superior em especial. E o que significa isso? Significa se deixar indagar por esse contexto e por essa mudança nos seus mais diversos aspectos: na sua estrutura, na sua gestão, no seu currículo, na sua internacionalização, na pesquisa, no ensino, na extensão... As ações afirmativas precisam ser colocadas como um eixo indagador, questionador do que temos feito até aqui das nossas próprias estruturas, que permita perguntar: estas estruturas que temos, tais como estão sedimentadas, cristalizadas, conseguem dar conta da novidade que significa a implementação das ações afirmativas, principalmente na modalidade cotas, e os sujeitos e as sujeitas que hoje chegam ao Ensino Superior Público? A estrutura que temos dá conta desses sujeitos? A partir daí, começamos a indagar os diversos espaços e tempos de nossas instituições. A pesquisa: como ela lida com isso?

A extensão? E a internacionalização? Ela é sempre norte/norte ou faz de fato uma internacionalização sul/sul, o que significa abrir para outros países, para universidades africanas, asiáticas e latino-americanas? Significa construir outros eixos emancipatórios que, muitas vezes, não são os eixos privilegiados, por exemplo, pelas agências de fomento. Ao mesmo tempo, sabemos que as instituições de ensino superior públicas têm autonomia e capacidade de construir políticas internas, ou seja, é possível construir, por exemplo, uma política de internacionalização sul/sul a partir dos recursos que as universidades têm, da articulação entre os diferentes projetos. Não é algo impossível de se fazer considerando, claro, um contexto de normalidade democrática, e não um momento de ataques à democracia, em que o orçamento das universidades está pífio. Mas este momento de grande restrição orçamentária é agora. E o que fizemos desde os anos 2000, quando, em 2003, tivemos a primeira experiência de cotas raciais, na Universidade do Estado da Bahia, com a reitora Ivete Sacramento, primeira mulher negra reitora daquela universidade? O que de lá, até o momento da grande restrição que hoje estamos vivendo, foi feito? Esta é a pergunta. Muitas vezes respondemos olhando para o hoje, quando as instituições públicas de Ensino Superior estão em situações gravíssimas. Porém, tivemos tempos melhores, em que as ações afirmativas estavam sendo implementadas por iniciativas específicas: primeiro em universidades estaduais, depois algumas federais e, a partir de 2012, com a lei, a ampliação do direito da ação afirmativa via cotas. Eu acho que temos que pegar as ações afirmativas e sua grande modalidade hoje, que são as cotas raciais, e, a partir delas, pensando nos sujeitos e nas sujeitas que elas possibilitam usufruir do direito ao Ensino Superior, indagar nossas instituições. E aí vamos poder pensar a estrutura, o currículo, a gestão, a implementação da Lei nº 12.090, de 2014, com as cotas para os concursos públicos federais, que está sendo burlada pela maioria das universidades. Vamos poder pensar a Pós-Graduação. Este é um exercício democrático e conectado com o tempo em que vivemos, em que as universidades públicas mudaram radicalmente depois da implementação da lei de cotas, com a entrada de estudantes de escolas públicas, estudantes pobres, indígenas, negros e negras e, depois, pessoas com deficiência. Universidades que ficaram mais diversas, mais interessantes. As estruturas precisam mudar, não podem continuar rígidas para um público diverso; para isso, temos que tratar da questão da permanência para esses e essas estudantes. Inúmeras pesquisas que apontam para o desempenho dos cotistas, mostrando o bom desempenho... inclusive, acabou de sair uma da USP, que demorou para implementar as cotas. Não há diferença de desempenho entre cotistas e não cotistas; há pouca diferença ou, o que é muito comum, cotistas entram com um desempenho menor metrificado pelas notas, mas na trajetória vão ascendendo. Agora, se isso acontece quando não temos uma política de permanência nas universidades, pleiteada e construída coletivamente, imagina se tivéssemos esta política? O que teríamos em termos de potência mesmo, de impacto na produção de conhecimento, na extensão, na relação com a sociedade, na escola básica? Tenho falado frequentemente que temos que olhar, inclusive, para nossas normas. Já fizemos uma releitura dos nossos regimentos à luz das políticas afirmativas? Ou seja, temos que indagar as universidades, de dentro, se elas estão criando condições adequadas

para estes sujeitos e sujeitas que estão chegando agora – e eu sempre vou enfatizar: chegando por direito.

C&E: Temos tentado fazer várias dessas discussões dentro das universidades, mas esbarramos na dificuldade de as pessoas entenderem a lógica do racismo estrutural, que organiza as relações sociais nos espaços. Como combater isso na educação, esta grande arena de disputa? Como travar este bom combate?

NLG: Vou pensar a Educação, então, de uma forma mais alargada, de uma maneira mais escolar, digamos assim, construída dentro das instituições, e a Educação Básica e a educação dentro do Ensino Superior, porque, muitas vezes, quando estamos dentro do Ensino Superior, nos excluimos. Parece que não somos educadores e educadoras, como se o ato de ensinar e estar como docente em uma instituição de ensino superior não fosse um ato educativo, de formação. Mas, se estamos nestes espaços, somos educadores e educadoras, estamos na formação com uma trajetória construída, institucional, com um currículo, disciplinas, conteúdo e relações pedagógicas. No Ensino Superior temos tudo o que se vê, por exemplo, no campo da Educação Básica, que é nossa referência quando falamos de educação. Então, como afirmei antes, as mudanças estruturais têm que ser feitas com as pessoas se indagando dentro das instituições. Para entender e combater esse racismo estrutural, é preciso que todas as instituições educativas se indaguem por dentro e, fazendo isso, questionem como o racismo se estrutura, se organiza e se realiza nestas instituições. Temos que indagar como o racismo opera e impacta a vida das pessoas nas instituições, trazendo para uma dimensão mais perto de nós, mais cotidiana, e não apenas na vida das pessoas negras. Precisamos retirar o racismo de um lugar exclusivista, como se a luta contra o racismo fosse só das pessoas que são as vítimas desse fenômeno perverso e como se a mobilização para a superação desse fenômeno fosse responsabilidade só das vítimas. Precisamos nos retirar desse lugar para entender que o racismo estrutural ataca a democracia, ataca a autonomia das pessoas e as relações de solidariedade que podemos ter numa sociedade; ele provoca injustiças das mais diversas. Ele afasta em vez de aproximar, de congregar. A forma como o racismo foi estruturado no país fez com que ele se entranhasse na sociedade como se fosse algo exclusivo de quem sofre e como se a superação desse fenômeno perverso não fosse um dever político e ético de qualquer cidadão ou cidadã, não importando o pertencimento étnico-racial, e uma forma de fazer nosso país avançar, desenvolver. Como se combater o racismo não fosse uma forma de fazer com que a grande diversidade que temos consiga se expressar em sua pujança, e não articulada com a tremenda desigualdade que enfrentamos – econômica, social, racial, de gênero e de orientação sexual. O pensamento de que o racismo é um problema só de quem sofre é um pensamento elitizado, colonial, escravocrata mesmo, impregnado na nossa estrutura social, na nossa mentalidade, no nosso imaginário. Não tem outra forma de mexer com isso se não for falar sobre

o fenômeno, denunciar, e se não for também construindo políticas públicas, para que sujeitos e sujeitas vítimas do racismo possam usufruir de direitos e espaços junto com as pessoas não negras. Portanto, voltamos à questão: uma das formas de combater são as políticas afirmativas. Eu acredito nisso porque precisamos colocar estes sujeitos diversos juntos, convivendo, reagindo juntos, inclusive denunciando. Porque muito da branquitude que se esconde atrás de seus privilégios pode se esconder porque fica distante de sujeitos e sujeitas negros e não brancos da nossa sociedade. Branquitude tem a ver com poder e com classe social, e nós vivemos no Brasil muito apartados uns dos outros/umas das outras do ponto de vista étnico-racial. Parece que nós somos uma sociedade muito misturada, mas a gente sabe que isso é uma narrativa do mito da democracia racial. Basta a gente andar pelo nosso país, começar a chegar nos lugares de poder e decisão, para enxergarmos quão brancos, quão masculinos, quão elitizados eles são. Como nestes espaços vemos menor expressão e quantidade de negros e negras, de mulheres, de pessoas trans, de indígenas... ou seja, dessa diversidade pujante. Na universidade, nos espaços educativos, quanto mais ascendemos na trajetória educacional, mais vemos uma diminuição da presença da diversidade, com grupos que se parecem, ou se acham, mais homogêneos, que são mais próximos em termos de trajetórias econômicas, educacionais, aspectos culturais, de gênero e até mesmo de orientação sexual. Vamos tendo um esvaziamento da diversidade pujante e isso faz com que as pessoas tenham, literalmente, os seus ouvidos tapados e os seus olhos fechados para entender esse racismo estrutural. E tem mais uma coisa: nem sempre é um não-entendimento. Muitas vezes, as pessoas entendem, compreendem, mas sabem que, se mudarem de posição, haverá consequências dentro dos seus próprios grupos. As pessoas querem continuar nestes grupos, querem continuar tendo seus privilégios. Tem uma dimensão desse egoísmo, que é muito próprio do capitalismo, associado a essa ideia do privado: o *meu*. É a *minha* casa, é o *meu* emprego, é a *minha* faculdade, a *minha* escola. Essa mentalidade de posse que nós temos no Brasil vem dos tempos coloniais, da escravidão. Imagina quando trazemos essa mentalidade para o campo concreto da realidade, uma realidade que diz respeito a sujeitos e sujeitas cujos ancestrais foram trazidos à força, escravizados, tratados como coisas, como mercadoria, e são estas pessoas que hoje pleiteiam estar nos lugares de poder e decisão, lugares que não foram construídos para eles e para elas. Por isso é que mexer com o racismo estrutural é tão difícil, porque você tem desde o campo da formação de práticas excludentes, racistas, que reforçam os imaginários, até a percepção de que se nós nos posicionarmos de forma antirracista, deveremos reorganizar nossas relações de poder – indagar e retirar privilégios e transformar aquilo que foi privilégio em direitos, incluindo muitos e muitas que não estavam nesses espaços e nesses lugares. Acho que não é sempre que as pessoas não enxergam; acho que elas não querem enxergar. Porque se elas passarem a enxergar de fato, terão que se posicionar, e na hora que se posicionarem, terão que se posicionar *politicamente*, sair da zona de conforto de que o problema não existe. Sai da zona de conforto de falar que

“isso não é comigo”. Teve uma campanha muito interessante na década de 1980, me parece, que chamava “Onde você guarda o seu racismo?”. As pessoas vão ter que falar onde elas estão guardando o racismo delas, né? E o interessante é que a resposta para essa campanha era a seguinte: “racismo não se guarda, se joga fora”. Então, se você está guardando, tem um problema.

C&E: Esta questão se reflete também na sub-representação de pessoas negras no Ensino Superior?

NLG: Eu recebi da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros o boletim e fiquei vendo uma reportagem que eles mandaram para nós falando que, hoje, das 302 instituições de Ensino Superior Público no Brasil, nós temos oito reitores e reitoras negras. É um número irrisório, aponta para a sub-representação da presença negra nesse espaço importante da sociedade, locus de conhecimento e produção que é a universidade. Mas sabe o que eu fiquei pensando? É que esse número não era dessa forma quando eu fui reitora da UNILAB. Me parece que quando fui reitora da UNILAB nós tínhamos dois apenas. Então mesmo sendo irrisório, comparado com o restante da população, eu quero ver nisso o esperar, eu quero ver nisso o movimento. Não só o quantitativo. Essa sub-representação tem impactado muitas pessoas, pessoas que não trabalham com a questão racial, que não são negras, para entender que há um problema aí. Eu me lembro que esses dados foram do Observatório da Branquitude, junto com a ABPN, que tem um projeto chamado “Negras Reitoras e Negros Reitores”, e um dos entrevistados, que era o Tales Vieira, coordenador do Observatório da Branquitude, que foi lançado agora, fala uma coisa muito interessante: que a falta de presença de negros e negras nesses espaços significa que há um excesso. Um excesso de quê? De pessoas brancas. E essa é uma boa forma de a gente entender o racismo estrutural. Esse excesso de pessoas brancas em determinados espaços e a ausência, ou sub-representação, de pessoas negras nesses mesmos espaços diz alguma coisa sobre as nossas relações. Ao mesmo tempo, quando vamos nas vilas e favelas, nos bairros periféricos, na situação do encarceramento, temos um excesso das pessoas negras e uma sub-representação de pessoas brancas. Isso é o racismo estrutural. Por isso que eu digo que nem sempre as pessoas não entendem ou não veem. Acho que, na maioria das vezes, as pessoas não querem entender ou não querem ver para não terem que tomar uma posição. E, principalmente, para não perder privilégio.

C&E: Você toca num ponto interessante, que é o Observatório da Branquitude, que propõe mudar um pouco a chave dessas leituras de inequidade racial a partir da branquitude, e começou junto com a ABPN. Importante esse apontamento, porque quando você foi reitora tinha uma pessoa a quem recorrer. Se você estivesse nesse lugar agora, você teria mais sete pessoas. Faz diferença, não é?

NLG: Sim, e essas oito pessoas estão se articulando, de certa forma, né? E tem outra coisa que é interessante. Quando eu fui reitora *pro tempore* da

UNILAB, fui indicada pelo Ministério da Educação para implementar, construir a universidade. O reitor primeiro saiu, foi para a Secretaria de Ensino Superior, e eu fui, então, no lugar dele. Agora, o que é bacana é que esses outros colegas... Eu não sei todos eles, mas alguns deles são reitores e reitoras eleitos. É diferente. No pleito, significa que tiveram a acolhida da comunidade acadêmica, da maioria. Recentemente, tivemos a eleição da vice-reitora, a Joana, na UFSC, ativista e feminista. Então, é isso. Nós também estamos construindo um projeto de poder: um projeto de poder emancipatório. Eu não falei de um projeto de poder reacionário? Acho que também o nosso esperarçar passa por aí: a gente articular melhor e construir intencionalmente projetos políticos emancipatórios, sabe? De equidade racial, de equidade de gênero e, principalmente, projetos que criem passagens entre as nossas fronteiras. Porque acabamos tendo muitas fronteiras com cercas. Precisamos construir passagens entre essas fronteiras, o que não significa tirar os limites: há as especificidades de quem luta contra desigualdade de gênero, da luta LGBTQIA+, da luta do campo etc. Nós temos pautas e bandeiras específicas, mas precisamos criar aberturas entre as nossas fronteiras para que possamos transitar e aí construir projetos de poder mais robustos. Eu acredito nisso.

C&E: Estamos em um cenário cheio de entraves e extremamente desafiador. Você acha que as mudanças semeadas no passado recente ainda podem continuar se frutificando?

NLG: Tem uma história que responde esta questão. Quando eu era ministra, eu vim à UFMG na época em que a presidenta Dilma fez uma grande campanha para conscientizar a população brasileira sobre a questão da chikungunya, lembra? Naquele momento? Então ela pegou todo o governo federal, todos os órgãos, juntou todo mundo e falou: “Ó, no fim de semana tal todo mundo vai viajar pelo Brasil”. E aí ela me mandou para cá, para Belo Horizonte. “Ela viu que a minha própria filha pensava para a Faculdade de Medicina da UFMG conversar com o pessoal da medicina, que tinha trabalhos muito bacanas. Fui com a vice-reitora da época, que hoje é minha reitora, a Sandra, e fomos fazer uma visita. Um professor quis que a gente entrasse na sala dele, e aí entramos naquela sala, e aqueles salões enormes da medicina que parecem auditório. Quando entrei naquela sala, olhei e vi estudantes negros, coisa que eu não via antes. Na minha época de graduação, sabíamos que o pessoal da Medicina não ficava muito com o pessoal das Humanas, e era um grupo extremamente elitizado e branco. E nesse dia, quando olhei o auditório e vi – com certeza era um número menor que o de brancos, mas se destacava uma turma mais mista –, eu olhei e fiquei muito encantada. Meu olho brilhou. O professor foi muito simpático e o diretor da faculdade nos apresentou, falou que era uma missão que a presidenta Dilma tinha decidido para o Brasil e me apresentou como Ministra da Igualdade Racial e professora da UFMG. Vocês não têm noção de como aqueles meninos começaram a aplaudir. Foi um negócio de arrepiar. Eles começaram a aplaudir, assim, e aí todos os outros começaram a aplaudir também. Não precisa dizer mais nada para explicar o que estava acontecendo naquele momento, não é? Essas coisas assim eu guardo no meu coração, porque mostram que a gente está construindo

uma mudança nesse país. Ela é lenta, porque a gente luta contra uma estrutura – nada mais nada menos que o racismo do capitalismo, o patriarcado. É lenta por isso. Mas a mudança está acontecendo, tem rupturas que estão começando a acontecer. Por isso eu sempre dou ânimo para a juventude, sabe? Não pode esmorecer. Porque se a gente conseguiu isso aqui, quem vier depois de mim vai empurrar mais. Por mais que estejamos nessa catástrofe política, não vai mais retroceder o movimento que foi desencadeado. Tem um movimento sendo desencadeado. Não conseguimos com todos os colegas, mas vemos um colega que antes era resistente começar a discutir; uma pessoa não é grávida impactada pelas discussões... Acho que tudo isso é movimento.

C&E: **Mencionamos bastante a Lei de Cotas, então vamos falar dela, que é um dos grandes assuntos deste ano por conta da discussão da revisão. Você está super envolvida nessas discussões, inclusive promovendo audiências públicas sobre o tema. Como você vê este momento que estamos vivendo? Quais as perspectivas neste cenário tão conservador?**¹

NLG: O cenário é muito preocupante. Primeiro porque tem uma confusão que acontece em torno desses dez anos de que, passado este período, a Lei terminaria. Isto é uma confusão que foi plantada no – ou pelo – Congresso Nacional e na sociedade por outros grupos. Isso não é verdade. A Lei não vai terminar, porque não tem nada no texto dela que fale em vigência. Esses dez anos, esse momento de revisão, é um momento de avaliação, para aperfeiçoamento, como toda política pública. Esta é a primeira confusão que a gente tem que desfazer, para as pessoas entenderem. Como a própria Lei previa esses dez anos, tínhamos, até o ano passado, projetos que alteravam a Lei nº 2.711, propunham alterações e que não estavam tramitando com agilidade. E uma grande maioria de projetos de cunho conservador. O PL nº 3422/21 surge do campo da esquerda como uma proposição do campo progressista do Congresso Nacional, proposto por dois deputados negros, o Valmir Assunção (PT-BA) e a Benedita da Silva (PT-RJ), além do Carlos Zarattini (PT-SP), que é branco. Logo, o PL tem a adesão de vários outros deputados do PT e vai para o Bira do Pindaré (MDB-PA), que também é do campo progressista, relatar. Então, mesmo sendo um Congresso altamente reacionário, conservador, de uma maioria completamente reacionária e conservadora, é bom que o PL que surgiu esteja no campo progressista. Outro aspecto que hoje eu avalio como positivo é que, quando ele surge com um caráter de urgência – e mesmo nós que trabalhamos com o tema fomos surpreendidos, porque não sabíamos desta articulação para tramitar neste regime –, dá uma outra conotação, porque aí ele vira como se fosse o projeto de lei mestre, que apensa todos os outros projetos; todos os outros PLs são apensados a ele. E é uma vantagem ele ficar com esse protagonismo nesse momento, dentro de Congresso altamente conservador. O que acontece é que o campo da direita e da extrema-direita se articula e nós vimos que foi eleito da Comissão de Educação o deputado Kim Kataguiri, que sempre foi contrário à questão das cotas raciais, e ele sai com um projeto que é o de retirar o critério racial da Lei nº 2.711/2012, uma proposta que corre por uma outra comissão.

1. Com a aproximação das eleições e agora com o resultado, a discussão não avançou. Mantivemos a questão e a resposta para dar uma dimensão das dificuldades e entraves que acontecem a partir do Legislativo. Esta questão, temos certeza, será palco de discussões dentro do Congresso que assumirá em 2023 – com um perfil ainda conservador. A diferença é que agora já temos manifestações explícitas do presidente eleito sobre a necessidade de retomar, em outros termos, a discussão racial no país.

Então eu penso que o momento é complexo. Mas eu não gostaria que o projeto fosse votado neste ano; é um ano eleitoral e espero que o resultado das eleições seja favorável à democracia, mas, independentemente de tudo o que está acontecendo, um ano eleitoral não é um bom ano para se votar projetos dessa envergadura, que mexem com tantas vidas, com a sociedade brasileira como um todo e, principalmente, com um Congresso conservador, com uma correlação de forças muito desigual. Não acho que seja esse o melhor momento. Acho que tem que ganhar terreno, também, na sociedade, que precisa compreender e dar seu apoio. Mas tem sido muito difícil, porque o Brasil, além de polarizado, está extremamente disperso – as pessoas estão dispersas. A situação da fome, do desemprego, da inflação, tudo o que está acontecendo. A perda de direitos... Tudo isso tem feito com que a população brasileira esteja dispersa diante de tantos problemas e não saiba para qual olhar, para qual problema dar mais atenção. E, com certeza, a vida, a sobrevivência é o que fala mais alto. As pessoas estão com fome, estão empobrecendo. Então, quando chegamos com questões da ordem política que também interferem, positiva ou negativamente, na vida dessas pessoas, há uma certa distância para entender qual a gravidade real do problema. Acho que estamos nesse momento da sociedade e acho que é muito delicado esse momento. E a gente precisa de todas as forças progressistas apoiando o projeto que é mais democrático, que está promovendo debates, audiências públicas etc. e denunciando, criticando, propostas que estão em curso e que tiram direitos e que, principalmente, tiram o critério racial das cotas e o fazem usando uma estratégia que é muito escusa: de novamente dizer que a questão não é o racismo, não é a desigualdade racial, mas que a questão do acesso da juventude negra e pobre ao Ensino Superior é a pobreza. Quando se retira o racial, querem deixar apenas o critério econômico, de renda, e talvez também escola pública. Isso, em uma sociedade conservadora como a nossa, pode convencer algumas mentalidades já contrárias ao recorte racial.

C&E: Você tem uma trajetória de ocupar espaços de poder, espaços de decisão e de gestão sendo uma mulher negra, e isso é uma coisa muito impressionante e muito impactante. O que é ser uma mulher negra em face a esses espaços? Quais são as dificuldades de estar nestes lugares?

NLG: É um lugar de muita responsabilidade. A primeira palavra que vem à minha mente é responsabilidade, principalmente sabendo tudo o que sei sobre a questão racial no Brasil e sendo uma mulher negra que estuda relações raciais. É muita responsabilidade chegar nesses espaços, porque – algo que eu sempre digo – eu nunca chego sozinha nesses espaços, eu sei que eu represento esses 56% da população brasileira e, dentro desses 56%, o número de mulheres negras que temos no país. E eu não só represento, como sei que essa população vive em condições históricas de desigualdade, de exclusão, de subordinação, de machismo e de racismo. É muita responsabilidade estar nesses lugares tendo a consciência política que eu tenho. É por isso que eu entendo que nunca são lugares em que eu chego sozinha: eu chego representando um

grande coletivo. Eu enfrentei, enfrento e sempre terei que enfrentar violências e opressões interseccionalizadas. Desde violências simbólicas até formas de violência físicas; a gente tem que tomar cuidado quando a gente está nesses lugares. Eu sei que eu estou em espaços que interseccionam as opressões de raça, de classe e de gênero e sei também que antes que eu fale, que eu tome a decisão e oriente, a minha corporeidade negra chega primeiro. E sobre essa minha corporeidade negra a sociedade brasileira inscreve uma série de estereótipos. Sendo mulher e sendo mulher negra, eu sei que essa minha corporeidade desconforta, assusta, causa admiração, causa espanto também, e quando essa corporeidade chega nos lugares, nos espaços de poder e decisão, e se movimenta de forma a denunciar o racismo, principalmente, causa muitas rupturas, causa muitos desconfortos e produz, inclusive, adversários e adversárias. Eu sei disso tudo. Por outro lado, por ter participado desses lugares, eu sei que tem uma repercussão muito positiva, de orgulho. Sei que muitas pessoas que nunca nem conversaram comigo se orgulham e se espelham em mim. Eu viro uma referência, eu me torno uma referência afirmativa para muitas pessoas, principalmente para jovens. Eu sei que eu me torno essa referência. Então, isso também é motivo para ser grata ao universo, para ser grata aos meus ancestrais, às minhas ancestrais, a todas as energias do bem e aos orixás, porque é um privilégio – e aí sim, esse sentido da palavra privilégio – ter conseguido, na minha trajetória, passar por esses lugares, ter ocupado esses lugares e ter, de alguma forma, conseguido dialogar com as pessoas desses lugares e com o meu povo. Porque em todos os lugares que ocupei a temática racial era meu foco de atuação. É muito interessante porque às vezes as pessoas falam assim: “Nós, negras e negros, não sabemos falar somente sobre a questão racial, somente sobre o racismo, sobre ações afirmativas. Nós sabemos falar sobre muitas outras questões, e temos interesse em falar sobre muitas outras questões”. Contudo, na minha trajetória, me especializei, digamos assim, no trato da questão racial, na discussão sobre o racismo, na construção de projetos, de políticas, tanto dentro da universidade quanto fora dela, de combate ao racismo, de ações afirmativas. E eu tenho muito orgulho disso. É uma escolha intencional e eu fico muito bem nesse lugar, porque o que é bom é que hoje nós estamos em um contexto em que as ações afirmativas, na modalidade de cotas, já têm impacto na sociedade. Então, hoje nós temos um grupo de intelectuais negros e negras que estão em outras áreas, que debatem outras questões além da racial, e a gente pode estar um pouco mais representado em alguns lugares, embora sempre seja uma sub-representação quando comparada à quantidade de pessoas brancas que estão nesses espaços. Quando eu estava me formando na graduação, na década de 1980, não era esse o contexto em que nós vivíamos, era um outro contexto. Os anos 2000 trazem, no terceiro milênio, algo que é muito interessante: a possibilidade de convivência de várias gerações negras. Eu consigo conviver com gerações negras que foram as minhas referências na juventude e que estão hoje atuando, eu convivo com a minha geração e eu convivo com a geração jovem. Tanto a minha geração quanto a anterior lutaram para que a juventude estivesse nesses espaços, também,

de conhecimento e de produção, chegando no mercado de trabalho com uma competência, com uma expertise etc. Ter passado por esses espaços, para mim, é isso: um misto de responsabilidade, de reconhecimento da representatividade, de orgulho, de saber que é uma trajetória coletiva, não individualizada, e de sempre reclamar, sabe? A filosofia ubuntu, essa ideia de que “eu sou porque nós somos”. Se eu chego nesses espaços, eu não estou sozinha, o que significa que muitos outros e muitas outras chegaram comigo e que eu posso, inclusive, abrir portas para que outros e outras cheguem e para que muitas pessoas possam olhar e se inspirar e falar assim: “A Nilma conseguiu, eu também consigo”, “A Nilma está lá, eu também posso estar lá, esse lugar também é meu; pode ser meu de direito”. Isso é muito bacana, mas é, também, bem pesado.

C&E: Podemos ser otimistas sobre o futuro deste país?

NLG: Olha, a gente tem que ser. Nós *temos* que ser otimistas. Porque se não formos otimistas, seremos tragados pelo pessimismo, pela cultura do ódio, pela desesperança. Temos que ser otimistas e proativos. Não podemos ser otimistas e não nos mexermos para mudar a situação em que nós estamos. O otimismo é que nós estamos vivas e vivos e que temos uma consciência política que nos leva a lutar pela democracia e nos leva a querer transformar essa democracia por dentro. Que essa democracia consiga cada vez mais ser ampliada para que a diversidade de sujeitos coletivos que existe neste país usufrua dela e que estes usufruam sendo respeitados nas suas diferenças. Ao mesmo tempo, que essa democracia nos possibilite ter políticas públicas que sejam universais, que sejam sociais, voltadas para os vários setores e, principalmente, para pessoas que sofrem com a desigualdade, e políticas de ações afirmativas para corrigir as injustiças e as desigualdades históricas que recaem sobre determinados coletivos sociais, étnico-raciais, de gênero e orientação sexual no nosso país. Acho que se a gente não nutrir, entre nós, um otimismo de que temos que continuar lutando por esse alvo democrático que nós queremos, nós nos perdemos no caminho e somos tragados por tudo isso de negatividade, de retrocesso, de cultura do ódio que nós temos vivido hoje, muito em função desses grupos que semeiam esse negativismo das mais diversas formas e esse pessimismo em relação à própria diversidade que existe na sociedade brasileira. Esse grupo tem agora, uma representatividade política, coisa que ele nunca teve. Com certeza o alcance das iniciativas retrógradas e reacionárias é outro hoje no Brasil. O grupo sempre existiu, esses coletivos sempre existiram. Não surgiram do nada, não surgiram depois do golpe de 2016; eles sempre existiram. E sempre existiram na história do nosso país. Tem heranças escravistas, coloniais. Quem são esses sujeitos que se organizam para atacar a democracia? Mas esses sujeitos tiveram, pelo menos durante um período, de 2000 até 2016, menor representatividade em determinados espaços políticos e, principalmente, no contexto do Executivo federal. Mas o que eles estavam fazendo? Eles e elas? Construindo um projeto de poder. Nesse tempo todo foi gestado um projeto de poder. E eu penso que no campo progressista,

no campo emancipatório, nós não fomos atentas e atentos o suficiente para perceber esse projeto sendo construído. Esse projeto que está em curso, de desmonte, não é só de agora, na minha opinião. Espero que fiquemos mais sábias e mais sábios para lidar com toda essa complexidade que tem no país. Eu não posso dizer que eu navego no pessimismo. Claro que tem dias que eu estou mais para baixo, mais desanimada etc., mas, ao mesmo tempo, eu sempre vou falar isso: quando eu vejo a minha história e a história dos nossos ancestrais e penso na forma como foram trazidos, à força, para esse país, tudo que essa população escravizada viveu nesse país e o tanto que resistiram, o tanto que lutaram, a ponto de eu estar aqui, com vocês, respondendo perguntas sobre o que é ser uma mulher negra em posições de poder, eu não posso cair no fatalismo nem no pessimismo. Eu não tenho o direito. Eu só posso continuar e lutar para que as coisas mudem, construindo projetos e ações políticas que sejam emancipatórios e, principalmente, derrubando fronteiras. Acho que no campo emancipatório, em articulação com a questão racial, precisamos derrubar fronteiras que nos separam. Acho que o antirracismo é uma possibilidade de derrubar fronteiras, a articulação de pessoas negras e não negras na luta contra o racismo, sabe? Para entender que essa luta é de fato uma luta de todos e todas nós. Acho que nós temos que lutar para que as lutas feministas, de emancipação da mulher, sejam também lutas compreendidas pelos homens, para que a gente consiga fazer mudanças. Porque a gente não consegue fazer mudanças sozinhos – cada vez mais eu vejo isso. Nós precisamos de todas as pessoas imbuídas na luta por direitos, na luta pela democracia, e precisamos, também, que essas pessoas todas sejam educadas sobre a forma como veem a interseccionalidade de raça, de gênero, de classe e de orientação sexual. A gente precisa avançar nisso. Nós não podemos retomar a nossa democracia e voltar a não avançar nessas questões, no campo das lutas emancipatórias, inclusive no campo da produção acadêmica. Olha aonde chega uma sociedade em que a dimensão racial não é debatida da maneira como deve ser, desde a Educação Básica até o Ensino Superior, em que as populações indígenas e negras são sub-representadas. Nós colocamos nas mãos de um grupo, digamos assim, muito poder e esse grupo tem poder aquisitivo, tem poder de determinados campos da religião e tem poder na política, e esse grupo não é reeducável. Eu acho que esse grupo não é reeducável porque ele fez uma escolha, e isso é algo que passei a compreender melhor. O grupo que hoje destrói a democracia fez essa escolha porque esse é o projeto político desse grupo. Então, nós temos que nos articular mais e nos irmanar mais com e entre as forças democráticas. Daí eu acho que o otimismo, se é que posso dizer que é otimismo, é isso. Acho que prefiro falar do esperar do Paulo Freire do que falar de otimismo. Então, talvez a minha resposta fique assim: dá para esperar? Eu acho que sim.